



Domingo, 17 de Agosto de 2025

Em visita à Cuiabá, Bolsonaro gastou R\$ 30 mil na Padaria América

QUEBRA DE SIGILO PRESIDENCIAL

Acostumado a demonstrar nas redes sociais uma imagem humilde e modesta, principalmente com fotos de cafés da manhã simples, sem muita mordomia, o presidente Jair Bolsonaro (PL) não reproduziu essa mesma imagem quando esteve em Cuiabá, no dia 19 de abril do ano passado.

Na visita que fez durante a campanha na capital mato-grossense, Bolsonaro gastou a bagatela de R\$ 31.307,40 na Padaria América, uma das mais famosas e refinadas padarias da capital mato-grossense.

O pagamento foi realizado exatamente no dia 19 de abril, quando o ex-presidente esteve na capital em campanha de reeleição, da qual sairia derrotado no segundo turno.

Os dados foram obtidos através da liberação de informações do cartão corporativo, com divulgação realizada pelo portal Fiquem Sabendo, e compilados pela reportagem do [Midiajur](#) com foco na visita do presidente à capital. [Até a posse do novo presidente, os gastos de Bolsonaro em Cuiabá eram considerados sigilosos.](#)

Segundo estes dados oficiais, o ex-presidente realizou três pagamentos na padaria.

O primeiro e o mais vultuoso, no valor de R\$ 21.766,40. O segundo de R\$ 60,00 e o terceiro gasto foi no valor de R\$ 9.481,00.

O então presidente também realizou outros gastos em Mato Grosso através do cartão corporativo. Uma das empresa beneficiadas foi a K. Martins Empreendimentos e Investimentos Ltda., que recebeu R\$ 1.320,00 do presidente.

A K. Martins pertence ao empresário Leonardo Kohlhase Martins, que é filho do ex-deputado José Carlos de Freitas Martins e da ex-secretária de Assistência Social do município de Várzea Grande, Kathe Maria Kohlhase Martins.

Sigilo dos gastos em Cuiabá

A reportagem do Mídiajur tentou ter acesso, ainda no ano passado, aos gastos do então presidente durante a visita a Cuiabá, mas [a informação foi negada pelo Gabinete Presidencial](#).

Após pedir as informações sobre os custos com passagem aérea, hospedagem, alimentação, segurança institucional e outros itens, a reportagem recebeu uma primeira resposta da pasta na qual afirmou que era impossível responder a demanda, já que "a prestação de contas da referida viagem não havia sido finalizada no momento de dar ao resposta do pedido".

Foi apresentado recurso junto a primeira e segunda instância da Secretaria-Geral da Presidência, que destacou que o prazo de prestação de contas é efetuado e concluído em até 30 dias. O recurso apresentado destacou trecho do próprio Manual do SIAFI, que prevê a obrigatoriedade da prestação de contas em até um mês.

A Controladoria Geral da União (CGU), responsável por analisar o processo em última instância, pediu informações à Secretaria-Geral da Presidência. O órgão afirmou então que o governo havia decretado sigilo dos dados.

"Contudo, o órgão responde que 'a discriminação por itens dos gastos relativos à viagem ao Mato Grosso do Senhor Presidente da República, ocorrida no dia 19 de abril de 2022, que envolvem as despesas realizadas por intermédio da Secretaria Especial de Administração - SA/PR, encontram-se categorizadas como sigilosos'", diz trecho de resposta enviada a CGU.

Segundo decisão do auditor federal de finanças e controle, Marcio Cunha Filho, a decretação de sigilo impede a análise do mérito do caso.

"Não compete à CGU reanalisar ou reverter decisões de classificação de informações. A competência de revisar a informação classificada é exercida pela autoridade classificadora, pelo Ministro de Estado respectivo (ou autoridade equivalente) e pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), última instância recursal em casos de pedidos de desclassificação de informação", destaca.

Com o novo governo, os gastos do cartão corporativo foram liberados por meio de decisão do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A liberação dos dados inclui as visitas realizadas por Bolsonaro a Mato Grosso em 2020, 2021 e 2022 e todos os gastos do chamado "cartão de pagamento" desde o ano de 2003, primeiro mandato de Lula.

Com a decisão do governo Lula de liberar todos os dados, as informações podem ser consultadas por qualquer pessoa e são de caráter público.

Fonte: Mídiajur